

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM MERLO BRANCO QUE JAMAIS ALGUÉM VIU?

João Guerra⁶

⁶ ICS-Ulisboa – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Email: joao.guerra@edu.ulisboa.pt

A ideia de desenvolvimento sustentável (DS) – enquanto conceito sistêmico e holístico que procura promover, de forma integrada, o bem-estar social, a prosperidade econômica e a salvaguarda ambiental – surgiu com os primeiros sinais da crise ecológica, nas décadas de 1960 e 1970. Vários alertas emblemáticos surgiram, então, como são exemplo o *Silent Spring/ Primavera Silenciosa* de Rachel Carson (1962), o *Limits to Growth/ Os Limites do Crescimento*, de Meadows et al. (1972), ou o *Small is Beautiful/ O Negócio é ser Pequeno* de F. Schumacher (1973). No entanto, o conceito ganhou a consistência e a ubiquidade que hoje lhe atribuímos, sobretudo, com a publicação do Relatório Brundtland, que definiu o seu âmbito e princípios básicos: “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (WCED 1987, 43) e a partir da Conferência do Rio (Eco 92), onde foi proposto o primeiro programa de ação para a sua implementação, a Agenda 21.

Mas, entretanto, muita água correu debaixo da ponte e as promessas dos primeiros tempos teimam a manter-se por cumprir. A trajetória percorrida nestes últimos cinquenta anos ter-se-á revelado numa relativa desilusão. Tendo este caminho em mente, mas também alguns sucessos relativos em áreas muito distintas (e.g., alguma redução da pobreza extrema, alguns avanços na defesa ambiental, como é o caso da Camada do Ozono) a Assembleia Geral da ONU promoveu uma nova roupagem para o DS. Uma nova agenda que ficou conhecida por Agenda 2030 (UN General Assembly, 2015). Os dezassete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que a constituem sucedem a muitas outras iniciativas, nomeadamente à Agenda 21 e aos ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. Todavia, após um período de alguma renovação, que alimentou esperanças e expectativas, os principais desafios (i.e., conciliar necessidades sociais com imperativos ambientais de forma justa, num mundo em flagrante desequilíbrio) mantêm-se, ainda que se tenham vindo a tornar mais prementes do que nunca.

Considerando, portanto, a atual situação mundial e os indicadores relativos ao DS (desde o crescimento das desigualdades sociais e dos desequilíbrios Norte/Sul até ao agudizar dos problemas ambientais, como a crescente escassez de água potável, ou a multiplicação de consequências das alterações climáticas), podemos afirmar que a maior parte dos seus ideais ficou pelo caminho. Para alguns autores mais críticos, aliás, o DS não passará de uma espécie de “melro branco que jamais alguém viu” (Latouche 2004, 26-27), ou de um oxímoro (uma contradição de termos) sem grande valia, com resultados muito pouco promissores (Daly, 1990; Redclift, 2005). Por detrás destes desapontantes resultados existem alguns arquétipos (símbolos coletivos) que servem de base às nossas crenças, impulsos, motivações, determinando as nossas relações com o mundo (Myss 2013) e, consequentemente, as diferentes atitudes em relação à sustentabilidade.

No quotidiano, todos nós estamos sujeitos a um processo de mudança paradigmática que, com avanços e recuos, se vai desenrolando na generalidade dos sociedades atuais, à mercê de múltiplas influências que decorrem de especificidades contextuais. Mas se na sociedade em geral o processo é moroso, zigueza-

gueante e não homogêneo, no que toca aos processos de decisão as coisas tendem a complicar-se ainda mais. Tanto mais que, tradicionalmente, este era um campo onde uma lógica de top-down imperava: onde os políticos (com maior ou menos legitimidade) assumiam a decisão final, com base em pareceres técnicos e científicos.

Tabela 1. Arquétipos da Sustentabilidade

	Paradigma Social Dominante	Versões simplificadas Sustentabilidade fraca	Versões complexas Sustentabilidade forte
Ontologia da natureza	A natureza como matéria-prima para a economia humana	Algum valor intrínseco reconhecido, mas condicionado aos interesses humanos	O valor intrínseco da natureza vale por si e é independente dos interesses humanos
Regeneração do capital natural	Regeneração infinita sem limitações para os usos humanos	Algumas limitações previstas. Nalguns casos a capacidade regenerativa pode estar em causa	Não se admite declínio da capacidade regenerativa da natureza. Restrições no seu uso
Crescimento económico	Crescimento económico incontestável	Promoção de relações vantajosas (win-win) para ambas as partes	Sublinha-se a necessidade de inverter a dinâmica de crescimento
Crescimento demográfico	Não existem limites	O crescimento demográfico deve ser acompanhado, mas admitido	Num planeta finito, o crescimento demográfico deve declinar
Papel da tecnologia	Racionalidade tecnológica	Ciência e técnica sobretudo como fontes de soluções	A ciência e a técnica, sobretudo, como fontes de problemas
Equidade social	As leis do mercado resolverão o assunto	Em conta as interligações, mas sem restrições definitivas	Atenção particular à redistribuição. Se a natureza é limitada...
Participação de stakeholders	Decisão é apanágio de técnicos e peritos	Processos colaborativos entre "partes interessadas"	Democracia participativa de base e transversal

Fonte: adaptado de Vos, 2007

Assim sendo, mesmo assumindo que, de alguma forma, o processo de mudança já está em curso, não estará certamente acabado e a par do Paradigma Social Dominante, importa ter em conta que apenas emerge o Novo Paradig-

ma Ecológico (Dunlap et al., 2000) que, mesmo assim, pode assumir uma versão mais exigente (sustentabilidade forte), ou menos exigente (sustentabilidade fraca), como se pode constatar na Tabela 1. Neste processo em que os jogos de poder globais, nacionais, regionais e locais também interferem, não será de espantar que a versão mais exigente da sustentabilidade seja também a que menor capacidade tem para se instalar. Esse é, alias, um dos fatores que explica o insucesso do DS e já mencionado por diversos autores sob diversas designações: acomodação ao status quo económico (Schumacher, 1973; Daly, 1990; Redclift, 2005), redução a um mero wishful thinking (Dryzek, 2003; Guerra e Schmidt, 2016).

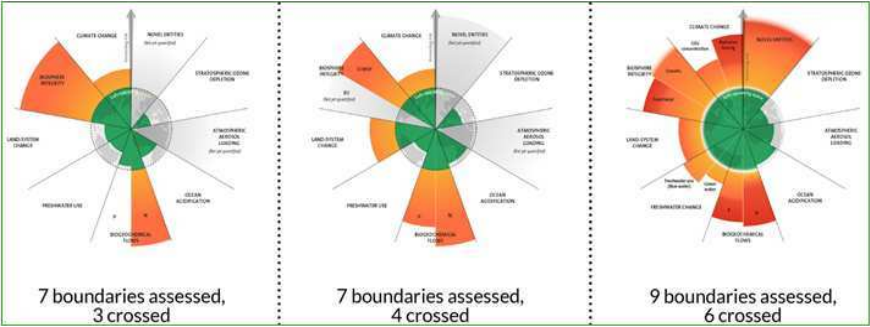
Em suma, daqui decorrem, pelo menos, três fatores de derrapagem:

i) A excessiva vinculação da ideia de sustentabilidade às questões ambientais. Situação que dificulta uma visão integrada dos problemas, promovendo políticas desgarradas sem poder sinérgico. Sem negar a importância central das questões ambientais nas sociedades modernas, com esta excessiva tônica nas questões ambientais nega-se o pensamento holístico (e cruzado) subjacente à ideia original do DS. Em vez disso, foram criadas frentes de batalha desconexas que, se integradas e cruzadas, poderiam ter produzido resultados mais satisfatórios.

ii) A banalização dos termos desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. O que os esvazia de sentido, tornando-os em chavões que, por vezes, servem interesses antagónicos aos que lhes estão na origem. Embora os progressos realizados pelo DS não devam ser desvalorizados, a sua aplicação efetiva tem-se processado frequentemente de forma fundamentalmente evasiva (Adger e Jordan 2009). Na prática, as reformas cruciais têm sido adiadas e a ação tem-se limitado a “wishful thinking”. Em suma, como defende Engelman, estamos a viver “numa era de sustentablability” (2013), em que o próprio termo “sustentabilidade” é utilizado de uma forma pouco sustentável;

iii) A subjugação da ideia de sustentabilidade ao crescimento económico. A economia e as dinâmicas de mercado, que continuam a “colonizar” o imaginário social na generalidade das sociedades atuais (Schmidt & Guerra, 2018) impedem a implementação do DS. Apesar do consenso alargado sobre o DS, o questionamento da ideologia de mercado - crescer ou perecer - é frequentemente visto “como o ato lunático, idealista ou revolucionário (Flinders 2012). Assim, ignoram-se as consequências do crescimento e fazem-se promessas de satisfação das necessidades de todos (gerações presentes e futuras) sem questionar os padrões de consumo excessivo, que só as atuais desigualdades Norte/Sul tornam possíveis (Moore 2011). Tudo isto apesar da aplicação crescente desses padrões às chamadas economias emergentes, que ajudam a pôr ainda mais em causa os limites planetários.

Figura 1. Limites planetários (2009-2023)



Richardson, 2023

Como se pode constatar na Figura 1, a tendência para ultrapassar os limites planetários é crescente. Dos nove limites planetários monitorizados por Richardson, seis – poluição química; mudanças no uso da água doce; abusos no uso da terra; integridade da biosfera; alterações climáticas, ciclos biogeoquímicos (novas entidades) – já ultrapassaram a margem de segurança, encontrando-se a acidificação dos oceanos prestes a seguir o mesmo caminho. Restam apenas dois em que a situação ainda é relativamente segura: a degradação da camada de ozono e a libertação de aerossóis para a atmosfera.

Tabela 2. Água e Saneamento no mundo

Água potável 73%	Águas residuais 58%	Qualidade da água 56%	Transfronteiriço 59%
Da população mundial utiliza um serviço de água potável gerido de forma segura	Das águas residuais domésticas do mundo são tratadas com segurança	Das massas de água monitorizadas no mundo têm boa qualidade	Das bacias hidrográficas transfronteiriças do mundo têm um acordo operacional para a cooperação no domínio da água
(indicador 6.1.1. 2022)	(Indicador 6.3.1. 2022)	(indicador 6.3.2, 2023)	(indicador 6.5.2, 2023)

Fonte: <https://www.cdg6data.org/en>

Sendo preocupante, tal situação não significa necessariamente que vá ocorrer uma catástrofe. Trata-se, sobretudo, de um sinal de alerta que não deveríamos menosprezar (Richardson, 2023). Até porque, o risco de que algo corra mal não ocorre apenas de se ultrapassar cada um destes limites por si só. Da interação entre as várias áreas e subáreas, bem como entre os diferentes graus de ultrapassagem – que se cruzam e se condicionam mutuamente – podem surgir inimagináveis ameaças

para as quais (porque não se conhecem) podemos não estar preparados.

Nesta ótica, o agravamento das alterações climáticas, por exemplo, tem inevitáveis consequências noutros limites, como é o caso da água doce e das mudanças a que isso obrigará. A água, aliás, é um bom exemplo de uma área transversal que ultrapassa claramente a suposta fronteira entre sociedade e ambiente: garantindo o equilíbrio ecossistémico, determina simultaneamente condições de vida básicas para os seres humanos. Importou, por isso, voltar à Agenda 2030 e olhar o panorama atual do ODS 6 – Água Potável e Saneamento. Focando apenas alguns indicadores, facilmente constatamos que existem lacunas importantes para aplacar: uma grande percentagem da população mundial permanece com dificuldades de acesso quer a água potável, quer a serviços de saneamento básico.

O merlo branco, como diria Latouche, continua, afinal, por se fazer notar e para isso contribuem os conflitos que, depois da pandemia, empurraram o mundo em sentido contrário.

Referências

- Carson, R. (1962). *Silent Spring*. Robbinsdale: Fawcett Publications.
- Daly, H. E. (1990). “Sustainable growth: a bad oxymoron”. *Environmental Carcinogenesis and Ecotoxicology Reviews*, 8 (2): 401-407, doi: 10.1080/10590509009373395.
- Dryzek, J. S. (2003). *Green States and Social Movements*. Oxford: Oxford University Press.
- Dunlap, R. E., et al. (2000). “Measuring endorsement of the new ecological paradigm: a revised nep Scale”. *Journal of Social Issues*, 56 (3): 425-442
- Guerra, J. & Schmidt, L. (2016). “Concretizar o wishful thinking: dos ODS à COP21”. *Ambiente e Sociedade*, 19 (4), 197-214
- Meadows, D., et al. (1972). *The Limits to Growth – Report for the Club of Rome Project on the Predicament of Mankind*. Nova Iorque: Universe Books.
- Redclift, M. (2005). “Sustainable development (1987-2005): an oxymoron comes of age”. *Sustainable Development*, 13 (4): 212-227.
- Richardson, K. (2023). *Earth beyond six of nine Planetary Boundaries*, Science Advances. DOI: [www.science.org/doi/10.1126/sciadv.adh2458](https://doi.org/10.1126/sciadv.adh2458)
- Schmidt, L. & Guerra, J. (2018). “Sustainability: dynamics, pitfalls and transitions”. *Imprensa de Ciências Sociais*, 2018. In A. Delicado, N. Domingos, L. Sousa (Eds.) *Changing Societies: legacies and challenges. The diverse worlds of sustainability*, 27-53. Lisboa, Portugal: Imprensa de Ciências Sociais. 10.31447/ics9789726715054.01
- Schumacher, E. F. (1973). *Small Is Beautiful: Study of Economics As if People Mattered*. Londres: Century Hutchinson (A Division of Random House Group)
- UN General Assembly (2015). *Transforming our World: the 2030 Agenda for Sustainable Development - Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015*
- Vos, R. O. (2007). “Perspective defining sustainability: a conceptual orientation”. *Journal of Chemical Technology and Biotechnology*, 82: 334-339.
- WCED (1987). *Our Common Future*. Oxford: Oxford University Press.